

DIALÉTICA DA ORDEM E DA DESORDEM: UMA LEITURA DE “MALAGUETA, PERUS E BACANAÇO”

DIALECTICS OF ORDER AND DISORDER: A READING OF "MALAGETA, PERUS E BACANAÇO"

Manoel Freire¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO

Na ficção de João Antônio, o submundo dos marginalizados é a matéria privilegiada pelo contista na composição das narrativas, cujos personagens representam indivíduos que vivem à margem do processo econômico, excluídos do mercado de consumo e privados de direitos e garantias inerentes ao cidadão comum, relegados, portanto, a uma condição marginal. Sem os meios adequados para suprir as necessidades básicas e garantir uma existência digna, esses personagens sobrevivem por meio de expedientes como jogo, furto, prostituição e outros artifícios ilegais inerentes ao universo da malandragem e que caracterizam a vida marginal. Com base nas formulações de Antonio Candido sobre a malandragem e a “dialética da ordem e da desordem”, este ensaio analisa alguns aspectos do conto “Malagueta, Perus e Bacanaço”, de João Antônio.

PALAVRAS-CHAVE: João Antônio; Literatura e sociedade; Malandragem; Ordem e desordem.

ABSTRACT

In his fiction, short-story writer, João Antônio, composes narratives that focus on the underworld of the marginalized, with characters who represent individuals living at the fringes of the economic mainstream, excluded from the official consumer market and deprived of rights and privileges inherent to the average citizen, relegated, thus to marginal conditions. Lacking adequate means to fulfill their basic needs and to assure a dignified existence, these characters survive through artifices such as games of chance, petty theft, prostitution and other illegal endeavors inherent in the universe of trickery, which characterizes this marginal life. Based on Antonio Candido's categories of trickery and the "dialectic of order and disorder", this essay analyzes some aspects of the short story "Malagueta, Perus e Bacanaço", by João Antonio.

KEYWORDS: João Antônio; Literature and society; Trickery; Order and disorder.

Em seu clássico ensaio “Dialética da malandragem”, uma bela interpretação de *Memórias de um sargento de milícias*, Antonio Candido identifica no romance de Manuel Antônio de Almeida um universo constituído por duas esferas que se opõem, mas cujo antagonismo não é suficiente para separá-las de modo que os personagens não possam penetrar na outra: uma acima, representativa da ordem (uma ordem precária, embora), e outra abaixo, caracterizada pela desordem. Na esfera da ordem estão os indivíduos que vivem de acordo com as normas estabelecidas, representados pelo major Vidigal, guardião das normas e que zela pela manutenção da ordem; já na esfera da desordem situam-se os que vivem à margem dos códigos oficiais, representados por Leonardo e os demais personagens que estão no mesmo plano.

¹ Doutor e Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de Literatura Brasileira da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail: manoeffr@gmail.com

A relação entre essas duas esferas, que se tocam e se misturam frequentemente, configura o que o crítico define como “dialética da ordem e da desordem” (CANDIDO, 1998, p. 36-37), princípio formal que organiza a prosa das *Memórias...*, atuando na configuração da estrutura e do trecho do romance, um dado externo que o crítico vai perceber na formação social brasileira e que embasa a forma terna do romance, que constitui a sua “redução estrutural”, para usar o termo do próprio Antonio Candido. Como assinala Roberto Schwarz, a dialética da ordem e da desordem se constitui como “experiência e perspectiva de um setor social, num quadro de antagonismo de classes historicamente determinado”, e como “o *modo de ser* brasileiro, isto é, um traço cultural através do qual nos comparamos a outros países e que em circunstâncias históricas favoráveis pode nos favorecer” (SCHWARZ, 1987, p. 150). No romance de Manuel Antônio de Almeida a dialética de ordem e desordem constitui o modo de vida de um importante setor da sociedade brasileira do século XIX, a população urbana constituída pelos homens e as mulheres livres que não eram proprietários nem escravos, e que portanto vivia à margem do processo econômico oficial, cuja base era a exploração do trabalho escravo. Daí a necessidade dessa população ter meios de sobrevivência marginais, inclusive ilícitos, ferindo assim os princípios da ordem, nos constantes “arranjei-me” dos personagens do romance.

Apesar da distância (histórica e estética) que separa as *Memórias de um sargento de milícias* das narrativas de João Antônio, algumas formulações apresentadas no ensaio de Candido permanecem atuais e continuam válidas para uma leitura de “Malagueta, Perus e Bacanaço”, conforme se propõe neste trabalho. De saída, notemos que à semelhança dos personagens do romance de Manuel Antônio de Almeida, os protagonistas da narrativa de João Antônio vivem numa esfera marginal, excluídos da ordem econômica oficial, e por isso tendo que “se arranjam” por diversos meios para sobreviver na selva urbana brasileira do século XX. É claro que se trata agora de um universo bastante degradado, condição agravada pela brutal exclusão social e a violência, fatia que o capitalismo periférico dispensa a certos setores da população, que recebem a pior parte da nossa modernização conservadora. Consequentemente, ao contrário do que se verifica no universo das *Memórias...*, os modos de “arranjar-se” dos personagens de João Antônio são difíceis e mesmo violentos, tal como exige a condição cada vez mais degradada pela exclusão e a opressão. Aqui o contato entre as duas esferas é bem mais precário e a relação é assimétrica, sempre com desvantagem para os que habitam o universo da desordem, como se pode constatar em diferentes narrativas de “Malagueta, Perus e Bacanaço”.

Os espaços que ambientam os contos de João Antônio constituem-se a partir de um conjunto de lugares propícios a atividades marginais, como botecos, salas de jogo (os “muquinfos”, para usar um termo caro ao narrador) e zonas de prostituição etc., em que se movimentam personagens marginalizados, que fazem de práticas transgressoras a arte da própria sobrevivência, o que os caracteriza como pertencentes à “esfera da desordem”, conforme a definição de Candido (1998). No conjunto, as narrativas de João Antônio apresentam certa diversidade de personagens (marginais), e tem como figura central o “malandro”, tipo representativo da esfera da desordem, já que sobrevive quase que exclusivamente por meio de atividades marginais, geralmente ilícitas. Em seus contos a malandragem está intimamente vinculada ao universo marginal, de modo que a experiência da marginalidade potencializa no sujeito o aprendizado da “arte da malandragem”, que figura como estratégia de sobrevivência dos marginalizados (Cf. DURIGAN, 1982).

De modo semelhante ao que se verifica na ordem econômica oficial, no universo de João Antônio há formas de competição e exploração que definem as “normas” que regem a vida marginal, na qual as ações se articulam a partir de “uma espécie de arte de sobrevivência do despossuído e do marginalizado”, e no conto “Malagueta, Perus e Bacanaço” constata-se que “o vagabundo e o jogador impõem a sua lógica consagrando a legitimidade de uma ética marginal que passa a dar sentido à existência, que de alguma forma se iguala à do homem comum”.

(PRADO, 2004, p. 150). Sob esse aspecto o universo da desordem tem seu *modus operandi* próprio, mas não se distancia da ordem, de cuja dinâmica depende.

Narrativa que dá título ao livro, “Malagueta, Perus e Bacanaço” é a mais extensa do conjunto e apresenta “várias unidades de ação” (haja vista cada uma das etapas da trajetória dos personagens apresentar desfecho próprio), e a rigor não seria propriamente um “conto”, considerando algumas constantes formais que na concepção de Cortázar (2006) definiriam a forma do conto. A história narra a trajetória de três vagabundos que perambulam durante uma noite por diferentes regiões da capital paulista com o intuito de armar trapaças e ganhar dinheiro nas rodas de jogo, para assim aplacar a miséria que os assola: “Estavam quebrados, quebradinhos” (ANTÔNIO, 2004, p. 155)², desprovidos do dinheiro para um simples lanche, como informa o narrador. O relato é conduzido na terceira pessoa gramatical por um narrador onisciente, mas não neutro, que assume a perspectiva dos protagonistas, de forma que as situações são apresentadas segundo o ponto de vista de um ou de outro personagem (e até mais de um ao mesmo tempo), técnica narrativa que Norman Friedman define como “onisciência seletiva múltipla” (FRIEDMAN, 2002, p. 177), que possibilita ao escritor exprimir adequadamente os sentimentos dos personagens. No caso de João Antônio, exprimir a perspectiva dos marginalizados, como observa Antonio Candido:

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor de sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada. Isso é possível quando o escritor, como João Antônio, sabe esposar a intimidade, a essência daqueles que a sociedade marginaliza, pois ele faz com que existam, acima da sua triste realidade. Nos contos desse livro, mas sobretudo nos finais, ele é um verdadeiro descobridor, ao desvendar o drama dos deserdados que fervilham no submundo (CANDIDO, 2004, p. 11).

Os três protagonistas dão título ao conto e, embora pertençam ambos ao universo marginal, distinguem-se por alguns aspectos que definem de certo modo a posição de cada um no grupo. A exemplo de outros personagens do escritor, Malagueta, Perus e Bacanaço identificam-se por certos traços que se revelam na experiência da marginalidade, não se sabendo seus nomes de batismo e/ou registro civil, de forma que são nomeados conforme os códigos que regem a vida marginal. Malagueta é assim chamado em função do hábito de mascar pimenta enquanto bebe doses de cachaça, o que sugere a precariedade da condição em que vive, bem como sua resistência às adversidades e situações amargas que a condição marginal impõe. Por sua vez, Perus é conhecido pelo nome de sua região (bairro) de origem, onde morava na companhia de uma tia e seu companheiro, com quem se desentendia frequentemente, daí sua “opção” pela vida ambulante e marginal das ruas; o narrador nada informa a respeito de seus pais, sugerindo que não vivem mais ou que o rapaz não os conhecera, o que sugere a fragilidade na estrutura da família e a precariedade dos laços no ambiente doméstico dentro do universo de anomia social em que vivem.

Mais sugestivo é o nome de Bacanaço, derivado de *bacana*, denominação recorrente nas rodas da malandragem, em geral com certa dose de ironia, pois quando usado no universo marginal o termo ganha sentido diverso do convencional. O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* apresenta, entre outras, as seguintes acepções do termo *bacana*: palavra que qualifica pessoas com atributos positivos, tais como: bonito; compreensivo, correto, afável, interessante; com outros sentidos, ainda com carga positiva: “indivíduo rico, que mora nas áreas nobres das cidades, de

² Todas as citações do conto foram retiradas desta edição, de modo que, doravante, para evitar repetições desnecessárias, se indicará apenas o número da página nas citações do mesmo texto, exceto quando o contexto suscitar dúvidas.

hábitos requintados, pertencente às classes altas da sociedade”; “grã-fino”, “pessoa atraente” (HOUAISS, 2004, p. 370).

Considerando que o malandro quase sempre vive numa condição marginal, o termo bacana referido ao malandro carrega uma forte dose de ironia, haja vista que sua condição não lhe permite igualar-se ao homem rico, de forma que ele seria uma espécie de caricatura do burguês, conforme considera Cláudia Matos em seu estudo sobre a cultura da malandragem na era Vargas (MATOS, 1982). Desse modo, o nome de Bacanaço relaciona-se à posição que este ocupa no universo da malandragem, em que se apresenta conforme o figurino do *bacana*: bem vestido, com desenvoltura no andar e no falar, sobrepõe-se aos pobres-diabos que engrossam as fileiras da marginalidade, embora permaneça na condição marginal, pois mesmo tendo certo trânsito na esfera da ordem (na medida em que negocia com os agentes da lei), jamais transpõe a barreira de sua condição social.

A posição de Bacanaço impõe respeito e sua impostação intimida o menino Perus, que o reconhece como um dos graúdos nas hostes da malandragem, a quem deve respeitar e seguir. Citemos as primeiras linhas do conto, um início bastante sugestivo, em que já se delineiam aspectos importantes da narrativa, que terá no jogo seu fio condutor:

O engraxate batucou na caixa mostrando que era o fim.

Bacanaço se levantou, estirou uma nota ao menino. Os olhos dançaram no brilho dos sapatos, foram para as cortinas verdes.

Vestido de branco, com macio rebolado, Bacanaço se chegou:

– Olá, meu parceirinho! Está a jogo ou a passeio?

O menino Perus encolheu-se no blusão de couro. Os dedos de Bacanaço indo, vindo, aticando. Desafiavam.

– Está a jogo ou a passeio?

Calado. O anelão luzia no dedo do outro e o apequenava, largava-o de olhos baixos, desenhado. (ANTÔNIO, 2004, p. 149).

As primeiras palavras de Bacanaço são dirigidas ao companheiro, convidando-o para o jogo, mas antes o narrador o apresenta, realçando a identidade malandra em seus traços mais característicos: no vestir (“Vestido de branco”); no ostensivo “macio rebolado”, expresso literalmente e sugerido pelo ritmo da frase (a ordem inversa dos termos da oração, as vírgulas separando os termos e o “acento tônico” de cada um dos termos confere um ritmo cadenciado à frase que mimetiza a ginga do malandro); e na fala petulante de quem se dirige ao outro com menosprezo, indicado pelo diminutivo “meu parceirinho”. A assimetria na relação entre os dois personagens evidencia-se pelo modo como cada um se posta em face do outro, revelando-se pelo contraste entre a humildade do adolescente e a arrogância do malandro experiente.

Bacanaço é respeitado nas rodas de jogo e no universo da malandragem por sua habilidade para forjar trapaças e pela capacidade de contornar situações complicadas com a polícia. Bem vestido, o malandro impressiona pela boa aparência e pelo discurso persuasivo capaz de convencer os “homens da lei”, e diante do menino Perus sua figura se eleva. Este, por sua vez, embora conheça as manhas e trapaças da malandragem, considera-se “aprendiz” face ao desembaraço do outro, como se percebe numa passagem da narrativa em que é caracterizado pelo narrador de acordo com o do ponto de vista do adolescente:

Contava Bacanaço que sabia muito bem das coisinhas da façanha [de um famoso malandro]. O menino Perus também sabia. Mas era um menino diante de Bacanaço e por isso ouvia quieto, só meneando a cabeça e de acordo com tudo. Para final – Bacanaço era taco melhor, jogador maduro, ladino perigoso da caixeta, do baralho e da sinuca, moreno vistoso e mandão, malandro de mulheres. Camisa de Bacanaço era uma para cada dia. Vida arrumada. De mais a mais, Bacanaço tinha negócio com os mascates, aqueles que vendiam quinquilharias e penduricalhos nas beiradas da Lapa-de-Baixo, e era um considerado dos homens do mercado. Malandro fino, vadio de muita

linha, tinha a consideração dos policiais. Andar com Bacanaço, segui-lo, ouvi-lo, servi-lo, fazer parceria, era negócio bom. (ANTÔNIO, 2004, p. 154).

Ao cair da noite Perus e Bacanaço recebem a companhia do veterano Malagueta, que se junta aos dois para formarem o trio de companheiros na aventura do jogo. A imagem do velho traduz a própria desgraça dos “sem eira nem beira”, que andam em busca de aventuras e expedientes marginais para garantir a própria sobrevivência, como nos mostra o narrador: “Capiongo e meio nu, como sempre meio bêbado, Malagueta apareceu. No pescoço imundo trazia amarrado um lenço de cores, descorado; da manga estropiada do paletó balançavam-se algumas tiras escuras de pano” (ANTÔNIO, 2004, p. 158). Note-se que a ordem inversa dos termos da primeira oração, sugestivamente composta de três partes com a mesma extensão e separadas por vírgula, com “acento tônico” no final de cada termo, que imprime na frase o ritmo do andar cambaleante do vagabundo embriagado, aspecto da vida marginal que João Antônio incorpora à forma interna da narrativa.

Experiente, com longa estrada de malandragem e habituado a noites de sarjeta e cadeia, ao ser provocado por Bacanaço Malagueta procura distanciar-se para melhor avaliar a situação, como indica o narrador: “O velho se escapuliu, foi procurar o último banco do salão, o seu lugar, e sentou. Era um velho acordado e gostava de explicações. Dali tudo via, pernas cruzadas, na dissimulada, como quem não visse nada. E ali embiocado não o enxergavam bem” (p. 159).

A figura de Malagueta é a expressão contundente da situação precária dos que vivem na marginalidade: velho e maltrapilho, já sem esperanças ou ilusões na vida, traduz o próprio fracasso, de modo a sugerir que mesmo “os mais hábeis” mal conseguem sobreviver na viração das ruas. Mestre de trapaças no submundo, tal como os companheiros, Malagueta encontra-se com fome e sem dinheiro para um tomar um café, segundo o narrador. Com sua chegada completa-se o trio de “viradores”, que se juntam para armar trapaças e “tomar dinheiro de otários” nas rodas de sinuca, e saem a vagar à procura de ambientes onde pudessem arranjar o dinheiro desejado e necessário. Cientes de sua própria condição de “pobres-diabos”, mas sabendo que poderiam unir forças para aplacar a miséria, põem-se a imaginar façanhas:

Estavam os três quebrados, quebradinhos. Mas imaginavam marotagens, conluios, façanhas, brigas, fugas, prisões - relatos no jornal e todo o resto - , safadezas, tramoias; arregos, bem arrumados com caguetes, trampolinagens, armações de jogo que lhes dariam um tufo de dinheiro; patrões caros aos quais fariam marmelo, traição; imaginavam jogos longínquos, lá pelos longes dos subúrbios, naquelas bocas do inferno nem sabidas pela polícia; principalmente imaginavam jogos caros, parceirinhos fáceis, que deixariam falidos, de pernas para o ar. (ANTÔNIO, 2004, p. 161-162).

Tal como na esfera da ordem, no universo da desordem as diferenças de condição entre os indivíduos definem certa hierarquia tacitamente estabelecida. Em “Malagueta, Perus e Bacanaço” a diferença de posição entre os três protagonistas é bem marcada: o menino Perus, embora conheça bem os códigos da malandragem, por ser o mais jovem, nunca se impõe, reconhece a condição de aprendiz e aceita a autoridade dos mais experientes, daí sua obediência a Bacanaço, que atua como uma espécie de “protetor”, segundo seu ponto de vista. Já Malagueta, embora mais experiente, não tem o prestígio necessário para liderar o grupo, a idade e o histórico de experiências adversas o descredenciam.

Ao contrário dos outros personagens, Bacanaço reúne as qualidades que o habilitam a chefiar os companheiros de malandragem, e então é ele que assume a liderança do grupo, tornando-se chefe e “patrão”. Sua figura resume as qualidades do malandro com autoridade para comandar os companheiros: anda bem vestido, usa adereços e joias de padrão classe média (imitação), impõe-se pela arrogância, tem habilidade no discurso e é capaz de se entender com

autoridades, contornando situações embaraçosas com a polícia. Daí por que os companheiros, sobretudo Perus, o admiram e o respeitam, como sugere o narrador:

Era quem primeiro cantava de galo. Bacanaço não olhava na cara dos desconhecidos. Impunha-se-lhes oprimindo, apequenando. Mandava primeiro, uma ruga nas sobrancelhas, sempre abespinhado. Desses que quando a conversa não interessa vão mandando para a casa do diabo. E se houver reaproximação já batem, já xingam, já correm o pé. Agora, se gostasse, gostava. Era igual. Ninguém botasse a mão em amigo seu. Porque seria como mexer com sua cara ou bulir com amiga sua. Era assim Bacanaço com o menino Perus. E por isso o menino o admirava. (ANTÔNIO, 2004, p. 154).

O fato de Bacanaço entender-se com agentes do Estado sugere que em determinadas situações as fronteiras que separam o universo marginal e a ordem oficial acabam por anular-se, relativizando-se as diferenças entre a ordem e a desordem, num movimento em que as duas esferas se confundem, embora não se conciliem. No conto de João Antônio prevalece o mundo da desordem, não há propriamente dois planos, dado que os personagens são marginais que vivem do jogo e da contravenção e nele permanecem, mas em várias situações os dois mundos se encontram, porém não se harmonizam como ocorre nas *Memórias de um sargento de milícias*, analisado por Antonio Candido (1998). Enquanto no romance de Manuel Antônio de Almeida há certa acomodação entre as duas esferas, em “Malagueta, Perus e Bacanaço” não há conciliação possível. O contato é sempre violento, com desvantagem clara para os que vivem na condição marginal, isto é, os que pertencem à esfera da desordem.

Habitados aos revezes da vida marginal, os personagens de João Antônio sabem que no mundo da marginalidade a sobrevivência depende da astúcia para vencer as batalhas e que as vitórias são provisórias. Sitiados, os três vagabundos percebem que suas vidas se equiparam na mesma condição, e que o único meio de vencer a miséria é unir as próprias forças, daí porque fazem um acordo e partem à busca de aventuras nas “bocas do inferno”, como são chamados pelo narrador os ambientes do jogo. O pacto é firmado pelos três malandros de modo que Bacanaço, na condição de patrão, financia as partidas em que Malagueta e Perus jogam combinados na armação de trapaças.

Firmado o acordo, os três companheiros saem da Lapa em direção a Água Branca e chegam ao “Joana D’arc”, onde “corria a roda do jogo da vida, o joguinho mais ladrão de quantos há na sinuca” (ANTÔNIO, 2004, p. 164), afirma o narrador, exprimindo a perspectiva dos marginalizados. A trapaça consiste em que a função de Malagueta é obstruir o jogo dos demais e facilitar “a vida” do Menino Perus, de modo a fazer este vencer as partidas. Habilidoso no manuseio do taco e protegido por Malagueta (mestre de trapaças e “amarrador de jogo”) Perus vence todas as partidas, para a satisfação de Bacanaço, que vê no jogo um negócio vantajoso.

Malandro experiente, Bacanaço tem a clara compreensão do espírito que anima o corpo maltratado dos vagabundos, que embora recusem a ética do trabalho que explora os “otários” (os que sobrevivem do trabalho honesto, segundo a perspectiva da malandragem), submetem-se ao regime de exploração que impera no universo marginal, em que se reafirmam as formas de opressão da ordem oficial. Sob este aspecto é sugestiva uma passagem da narrativa em que se evidencia a ética da exploração no universo da desordem:

Bacanaço sorria. Negócio bom era ser patrão dos dois. Aqueles não tropicavam, tinham fome, iam, firmes, e sofredor desempregado dá tudo o que sabe no quente do jogo. Firma a tacada, se mexe como piranha atenta, quer morder. E beliscava porque vai com juízo. Bacanaço examinava o anelão como se quisesse nada. Chegava-se à mesa, estendia o maço de cigarros para Malagueta. (ANTÔNIO, 2004, p. 170).

Aqui Bacanaço apresenta-se como explorador dos companheiros, comprando-lhes a “mão-de-obra” por um valor muito inferior ao resultado do trabalho, de modo a reproduzir na ordem marginal a exploração capitalista, o que sugere a estreita relação entre a lógica da exploração na ordem oficial e a ética marginal da malandragem, de forma que esses dois mundos, embora econômica e socialmente distantes, no plano da ética e dos valores acabam por aproximar-se, diluindo-se desse modo as fronteiras que supostamente os separam.

Até o momento em que não havia despertado a desconfiança dos demais jogadores a armação dos três malandros era vantajosa. Porém, como todo malandro é potencialmente um otário segundo a ética da malandragem, e de acordo com outro narrador de João Antônio “Este mundo não tem malandro completo” (ANTÔNIO, 2003, p. 155), o experiente Malagueta vacila e deixa entrever a marmelada, tropeço que desencadeia a sucessão de fatos que resultarão no patético desfecho do conluio. Ironicamente, o jogador que percebe a trapaça dos três malandros é um policial aposentado.

A presença do policial na roda do jogo é significativa, configura o encontro dos dois mundos, relativizando a distância entre a ética do submundo e a que rege a ordem oficial. Ao perceber a armação, o velho oficial aposentado chama a atenção dos companheiros através de um discurso que mescla a fala do malandro com a do policial, sugerindo a aproximação dos dois mundos também no plano da linguagem: “Lima balançou o indicador no ar e mudou o tom daquela roda”, nos diz o narrador, para logo dar voz ao personagem: “Botem fé no que eu digo qu’eu não sou trouxa não e nessa canoa não viajo. Tá muito amarrado o seu jogo, seu velho cara-de-pau”, esbraveja o oficial, para depois ameaçar: “Botem fé. Eu pego marmelo neste jogo, arrumo uma cadeia pros dois safados” (ANTÔNIO, 2004, p. 172).

É sugestivo o modo como o narrador caracteriza o policial, cuja presença constante no ambiente degradado do jogo e o desleixo pessoal com que se apresenta atuam como elementos que desabonam a ordem oficial, na medida em que esta se põe no mesmo nível da marginalidade. Assim, as esferas da ordem e da desordem se encontram, representados respectivamente pelo policial e os vagabundos na roda do jogo, como nos mostra o narrador, que em seu discurso enfatiza a presença da ordem na desordem ao repetir o qualificativo “policial aposentado”:

O velho inspetor Lima, gordo polícia aposentado, era o dono daquela roda, conhecedor de muitas manhas de Malagueta, que vezes intensas se bateram no joguinho nos muquinfos quentes da Lapa-debaixo. Lima, tira aposentado...

Lima, tira aposentado, vivia nas rodas do joguinho e, por último, comparecia ao Joana D’Arc e ali se encafuava enquanto o jogo durasse. Às vezes, do quarto da Água Branca onde morava só, saía mesmo de pijama ali pelas duas da tarde e se enfiava no muquinfo.

Ali jogava, ali jantava sanduíches, ali mesmo ficava, plantado feito um dois de paus, os chinelos rodando, ganhando as malícias das mesas, representando uma verdade – o joguinho se aprende jogando, tudo o mais é ilusão, engano, embandeiramento, onda de otário. (ANTÔNIO, 2004, p. 166).

Ao ser percebida e denunciada a marmelada, o plano dos três vagabundos caminha para o fracasso. A divisão dos ganhos faz-se conforme o estabelecido no acordo, ou seja, a maior parte cabe ao chefe do grupo, o malandro Bacanaço, que é o patrão “o patrão”: “Do lado de lá da rua, quase em cima dos trilhos do bonde, o carro freou e os apanhou. Bacanaço meteu-se no banco dianteiro. Contou, demorou, distribuiu”, mostrando para os companheiros que a porção maior lhe pertence: “– O que é meu – e apontou a parte mais gorda: Três mil e quinhentos cruzeiros, era a parcela do patrão. O resto era trato. Malagueta ganhou dois contos e Perus, outros dois. Receberam”. A atitude de Perus e Malagueta ao receberem o pagamento indica certo grau de insatisfação por lhes tocar a menor parte, um sentimento abafado de injustiça, sugerido pela

secura da forma verbal “Receberam”, sem qualquer modalizador ou complemento (ANTÔNIO, 2004, p. 174-175).

Entre outros aspectos importantes da narrativa de João Antônio, percebe-se que apesar de ser um universo à margem, o mundo da malandragem não está nitidamente separado da ordem oficial, de forma que também aqui a “esfera da ordem” e a “esfera da desordem” apresentam seus pontos de intersecção. Evidencia-se na relação entre Malagueta, Perus e Bacanaço uma assimetria, em que o trabalhador vende sua força de trabalho a um patrão que lhe paga um salário, de modo que a maior fatia dos lucros vai para o patrão, dono do capital, reproduzindo-se no universo da marginalidade a exploração vigente na ordem capitalista. Dessa forma, a narrativa configura uma dialética entre o universo da marginalidade e o mundo oficial, que se misturam com frequência, embora jamais se conciliem, como se vem mostrando.

O confronto entre suas vidas e a situação dos bem posicionados econômica e socialmente alimenta em Malagueta, Perus e Bacanaço o sentimento da injustiça e a consciência da precariedade de sua condição. Sob este aspecto é sugestiva uma passagem da narrativa em que os três personagens atravessam uma região habitada por famílias economicamente favorecidas. Embora Malagueta, Perus e Bacanaço permaneçam em silêncio, o narrador assume seu ponto de vista e nos revela o sentimento que os afeta ao perceberem o contraste:

Com suas ruas limpas e iluminadas e carros de preço e namorando-se, roupas todo-dia domingueiras aquela gente bem dormida, bem vestida e tranquila dos lados bons das residências da Água Branca e dos começos das perdizes. Moços passavam sorrindo, fortes e limpos, nos bate-papos da noite quente. Quando em quando, saltitava o bulício dos meninos com patins, bicicletas, brinquedos caros e coloridos. (ANTÔNIO, 2004, p. 177-178).

O contraste se aprofunda na subjetividade dos três companheiros e lhes desperta o sentimento da exclusão e a consciência de sua condição marginal, e de que são apenas “três vagabundos”, destituídos de recursos ou ocupação estável, a depender de trapanças e artimanhas que lhes garantam a sobrevivência. Não deixa de ser comovente o modo como o narrador traduz o sentimento dos três sofreadores, revelando a humanidade que emerge da situação humilhante:

Aqueles viviam. Malagueta, Perus e Bacanaço, ali descontraídos. O movimento e o rumor os machucavam, os tocavam dali. Não pertenciam àquela gente banhada e distraída, ali se embaraçavam. Eram três vagabundos, viradores, sem eira, nem beira. Sofreadores. Se gramassem atrás do dinheiro, indo e vindo e rebolando, se enfrentassem o fogo do joguinho, se evoluíssem malandragens, se encarassem a polícia e a abastecessem, se se atilassem, teriam o de comer e o de vestir no dia seguinte; se dessem azar, se tropicassem nas virações, ninguém lhes daria a mínima colher de chá – curtissem sono e fome e cadeia. (ANTONIO, 2004, p.178).

Portanto, o confronto com o mundo dos ricos desperta nos párias o sentimento da exclusão e a consciência da precariedade de suas vidas, bem como a compreensão dos mecanismos que reproduzem as desigualdades. A esse respeito é significativa a referência às crianças de famílias ricas, que não sofrem privações nem precisam abandonar a escola para buscar a sobrevivência na viração das ruas. Aqui a relação entre pobreza e marginalidade é fortemente sugerida pelo narrador, ao dar voz ao sentimento dos párias, que entendem como e onde começa o processo de marginalização social: “Aqueles tinham a vida ganha. E seus meninos não precisavam engraxar sapatos nas praças e nas esquinas, lavar carros, vender flores, vender amendoim, vender jornal, pente, o diabo... depender da graça do povo na rua passando.” E assim, “quando homens, não surrupiariam carteiras nas conduções cheias, nem fugiriam dos quartéis,

não suariam o joguinho nas bocas do inferno, nem precisariam caftinar se unindo a prostitutas que os cuidassem e lhes dessem algum dinheiro” (ANTONIO, 2004, p. 178).

Após a humilhação que sofrem ao confrontarem sua condição com as famílias abonadas, os três personagens continuam seu itinerário e param em Barra Funda, em um ambiente com o sugestivo nome “Paratodos”, onde vão encontrar Silverinha, o policial corrupto que abusa da autoridade conferida pelo cargo para extorquir os vagabundos, surrupiando-lhes parte do dinheiro ganho no jogo. Malandros. Como atividade paralela às suas funções na polícia, Silverinha frequenta sorratamente as salas de jogo, onde cobra o “imposto”, quantia em dinheiro que os jogadores se obrigam a lhe pagar, sob humilhações e ameaças de prisão. O encontro com o “tira corrupto” reforça a atmosfera desfavorável que envolve os três personagens após serem flagrados armando trapanças e denunciados por Lima, o policial aposentado. Ao entrarem no “Paratodos” Silverinha já estava (“Piranha esperava comida”, sugere o narrador), e logo os aborda, intimando Perus, o mais jovem, portanto mais vulnerável: “– Vem cá, moleque!”. O desprante do policial ao abordar o adolescente não deixa dúvidas quanto à face corrupta e violenta da polícia, evidenciando que o abuso de poder não encontra limites quando as vítimas são os despossuídos.

O episódio é uma das cenas mais dramáticas da narrativa, e apresenta alguns aspectos bastante significativos no contexto da ficção de João Antônio, evidenciando a dialética que envolve o universo marginal e a ordem estabelecida, ou a “dialética da ordem e da desordem”, conforme as formulações de Candido (1998). Aqui a atividade ilegal é praticada pelo policial, representante do poder estatal, de modo que se misturam os dois mundos, o dos marginais e o dos homens que zelam pela ordem oficial. A arbitrariedade e a violência da autoridade na execução de uma operação clandestina expõem a face corrupta do Estado, como também a precariedade da situação dos párias, que em sua condição nada podem fazer contra o algoz, pois vivem de expedientes tão ilegais quanto aquele praticado pelo policial corrupto. A consciência de sua condição marginal abafa nos párias a própria revolta em face da humilhação imposta pelo agente da ordem, conforme evidencia o narrador, que dá voz ao sentimento de Bacanaço:

De longe, Bacanaço. Uma distância infinita eram aqueles cinco metros os separando. A aperreção sobre o menino já fora bem longe do que devia, era uma folga. Assim faziam os homens da lei quando exigiam. Machucavam à vontade, satisfaziam-se, as aporrinhações só vagabundo sabe. Sim. Se a gente sair por aí contando como é o riscado da vida de um sofredor, os trouxas, com suas vidas mansas, provavelmente dirão que é choradeira. Sim. E quando se manda um danado e folgado daqueles para a casa do diabo, metendo-lhe com fé uma ferrada nos cornos, uma cortada na cara ou um tiro no meio da caixa do pensamento, a coisa enfeia muito, vai-se dar com o lombo na Casa de Detenção. E são abusados e desbocados e têm apetite de aproveitadores. São piranhas esperando comida. Pisando o menino, azucrinado, tentando surrupiar o menino. Os tais da lei... (ANTONIO, 2004, p. 193).

Diante da timidez do adolescente, que em sua condição nada pode fazer, cresce a truculência do policial, que “Azucrinava, exigia, demorava-se no exame do menino”, ciente de que nada pode um vagabundo contra o agente da ordem oficial e autoritária: “Ali, cantava de galo, dava cartas, jogava de mão, mexia e remexia, a condição de mando era sua. Infeliz algum abria o bico” (ANTÔNIO, 2004, p. 191), afirma o narrador, que por meio de frases curtas e diretas, com verbos de sentido semelhante em sequência gradativa, potencializa a violência da ação opressora do policial sobre o adolescente. Solidário, o velho Malagueta sente pelas humilhações do menino: “Malagueta se continha mal e mal. A perturbação que o menino sofria era muito comprida, larga e pesada. Uma purgação do capeta” (ANTÔNIO, 2004, p. 194), lamenta o vagabundo Malagueta, que no entanto acredita que tudo se resolveria com a intervenção de Bacanaço, que sanaria a situação com algum dinheiro e o bom discurso, haja vista que o policial era igualmente um malandro. “Malagueta acompanhava. Aquela zombaria e aquela

humilhação eram suas conhecidas. Necessário dinheiro para tapar e a boa conversa de Bacanaço, conhecido dos homens da polícia. Malandro de sua classe sempre contorna esbregue com os homens da lei”. Sabia Malagueta que “Bacanaço não trairia, aguentaria o repuxo, iria contemporizar. Nem o menino pegaria xadrez por falta de um entendimento. Aquilo era um conluio, um ali era do outro, diferença não haveria” (ANTÔNIO, 2004, p. 191-192), o que se confirma adiante, ao consumir-se o entendimento entre o malandro e o policial. “O menino é gente minha – sorriu, maneiro, mais pedia que falava. – Podemos conversar, chefe?”, intervém Bacanaço. O policial aproveita a atitude (e a condição) subalterna do vagabundo e impõe-se: “- De boas falas é que eu gosto, Bacana. Por isso lhe considero – abriu-se no riso gozoso. – Você é meu, Bacana”, demonstrando em sua atitude a semelhança com o malandro.

Dono da situação, Silverinha impõe sua autoridade para extorquir os vagabundos: “Pedi bebida com desplante, indicou o tamborete, sentaram-se como iguais. Como colegas”, enfatiza a frase curta e direta do narrador, que logo em seguida evidencia a semelhança entre o malandro e agente oficial: “O malandro e o tira eram bem semelhantes – dois bem-ajambrados, ambos os sapatos brilhavam, mesmo rebolado macio na fala e quem visse e não soubesse, saber não saberia quem ali era polícia, quem ali era malandro. Neles tudo sintonizava”. (ANTONIO, 2004, p. 196).

Visceralmente ligado ao submundo, João Antônio conhece por dentro a vida marginal, daí porque suas narrativas expressam a visão de mundo dos marginalizados, o que se verifica neste episódio, em que, ao realçar a imagem negativa do policial, o narrador assume o ponto de vista dos vagabundos: “O negro chamando, apoiado no balcão. De branco, pele brilhando, chapéu de preço, cara redonda, enorme, onde um riso debochado se escarrapachava” (ANTÔNIO, 2004, p. 190).

Na figura de Silverinha encontram-se elementos que caracterizam ética e esteticamente a figura do malandro: terno branco, chapéu, riso debochado etc., semelhança que aparece também nas atitudes e na própria linguagem, sugerindo que o policial não é mais do que um malandro investido do poder oficial, configurando a “dialética da ordem e da desordem”, na medida em que reúne simultaneamente traços e aspectos que pertencem às duas esferas. Ao mesmo tempo, negocia com os vagabundos por meio de expedientes ilícitos, transgredindo as normas e a ética oficial, trazendo para o plano da ordem o universo da desordem. Diferentemente do que acontece nas *Memórias do um sargento de milícias*, em “Malagueta, Perus e Bacanaço” não é o malandro que ascende para a esfera da ordem, é agente oficial que desce ao para o universo da desordem, exprimindo assim não o “aprimoramento” da desordem, mas a degradação da ordem oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÔNIO, João. *Malagueta Perus e Bacanaço*. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. *Dedo duro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. *O discurso e a cidade*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998, p. 19-54.

_____. Na noite enxovalhada. In: ANTÔNIO, João. *Malagueta Perus e Bacanaço*. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 5-12.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: _____. *Valise de cronópio*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 147-163.

DURIGAN, Jesus Antonio. João Antônio e a ciranda da malandragem. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 214-218.

FREIRE, Manoel. Dialética da marginalidade: Malagueta, Perus e Bacanaço. *Fronteiras*, São Paulo, n 19, dezembro, 2017, p. 304-320. Disponível em < revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/29284/24111>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito. Tradução Fábio Fonseca de Melo. *Revista USP*, São Paulo, n 53, p. 166-182, 2002. Disponível em: < <http://www.usp.br/revistausp/53/15-norman-2.pdf>. >. Acesso em: 07 abr. 2017.

MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto personagem de João Antonio. In: _____. *Trincheira, palco e letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 241-256.

SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 129-155.